

DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030 NA AMAZÔNIA

Michele Lins Aracaty e Silva

Marlene de Almeida Soares

Herleson Ribeiro de Souza

Matheus Sensini da Costa Pinto

Resumo:

A discussão acerca das questões relacionadas à preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável no mundo tem início no pós-guerra e concretizou-se através da Conferência de Estocolmo, na Suécia, em 1972, conhecida como Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. Posteriormente, inúmeras outras reuniões mundiais aconteceram de forma a implementar políticas de gerenciamento ambiental envolvendo as principais potências mundiais na tentativa de diminuir os impactos ambientais negativos. A mais recente construção coletiva, assinada em 2015, é a Agenda 2030 (composta por 17 objetivos globais), o qual constitui um compromisso dos países membros a ser implementado em forma de ações nos próximos 15 anos (até 2030), tendo como pilar o esforço colaborativo (governos, empresas, academia e a sociedade civil). Seguindo o exemplo dos demais países, no Brasil e na Amazônia formaram-se grupos de trabalho para implementar ações junto às comunidades, tendo como base os objetivos globais. Assim, temos como objetivo analisar a implementação das ações da Agenda 2030 no contexto amazônico; realizar um histórico das conferências sobre o clima e desenvolvimento sustentável ao longo dos anos; levantar os principais objetivos que compõem a Agenda 2030 bem como levantar as principais ações acerca da implementação dos objetivos no contexto amazônico. Para tanto, esta pesquisa é de caráter bibliográfico e documental, com o uso de material já publicado para a construção da base teórica e de documentos do PNUD e da ONU para apresentar os avanços da Agenda 2030 no contexto amazônico.

Palavras-Chave: Agenda 2030. Desenvolvimento Sustentável. Amazônia.

1. Introdução

A ONU com os seus países membros realizaram diversas conferências que contribuíram para o desenvolvimento sustentável e para as futuras gerações, observando as mudanças climáticas e os recursos naturais escassos. Dessa maneira, buscando atender as dificuldades e especificidades de cada país e seus governos. Como exemplo, houve a conferências de Estocolmo, ECO-92, COP-1, COP-2, RIO+10 e RIO+20.

Posteriormente, várias outras conferências ambientais foram realizadas, como a COP-1 (Conferência das Partes) em Berlim, em 1995; a COP-2 em Genebra, no ano seguinte; a COP-3 em Kyoto, no ano de 1997 e a Rio + 10, na cidade de Johannesburgo, África do Sul em 2002, cujo nome oficial foi **Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável**, e contou com a presença de representantes de 189 países. Os principais pontos dessa cúpula foram a afirmação da questão do desenvolvimento sustentável com base no uso e conservação dos recursos

naturais renováveis e a reafirmação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), proclamados dois anos antes pela ONU (SOUSA, 2014).

Em 2015, as negociações sobre a Agenda 2030 foram finalizadas e em setembro foram lançadas, com um conjunto de 17 objetivos e 169 metas universais a serem realizadas entre os anos 2016-2030. A Agenda de forma equilibrada engloba a economia, a sociedade e o meio ambiente. Entre seus principais planos de ação estão a paz universal, erradicação da pobreza, assegurar os direitos humanos, igualdade de gênero e empoderamento das mulheres e meninas.

Na Amazônia, os desafios da implementação da Agenda 2030 são evidentes, devido à realidade vivida na região, o empenho do governo e sociedade deverão acontecer para o êxito da Agenda. Serão analisados a infraestrutura, inclusão da sociedade, meio ambiente e economia da região Amazônica.

Serão analisadas a implementação das ações da Agenda 2030 no contexto amazônico, levando em relevância a sociedade, economia e meio ambiente, os desafios e oportunidades; realizar um histórico das conferências sobre o clima e desenvolvimento sustentável realizadas pela ONU e o que elas alcançaram globalmente e as lacunas deixadas; levantar os principais objetivos que compõem a Agenda 2030 bem como levantar as principais ações realizadas pelo governo brasileiro e a realização dos planos de ação da Agenda na Amazônia.

Para tanto, temos como objetivo: analisar a implementação das ações da Agenda 2030 no contexto amazônico; realizar um histórico das conferências sobre o clima e desenvolvimento sustentável ao longo dos anos; levantar os principais objetivos que compõem a Agenda 2030 bem como levantar as principais ações acerca da implementação dos objetivos no contexto amazônico

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa são de base qualitativa, com o objetivo de analisar a implementação das ações da Agenda 2030 no contexto amazônico. Em relação aos fins, esta pesquisa será exploratória, com o objetivo de obter maiores informações sobre o assunto do tema por meio de material já publicado e de domínio público.

Por esse motivo, quanto aos meios esta pesquisa será de caráter bibliográfica e documental. Quanto à base bibliográfica, faremos uso de material para a construção da discussão acerca dos conceitos e definições de desenvolvimento sustentável e dos históricos das conferências mundiais para combater as mudanças climáticas, preservar os recursos naturais bem como as vidas humanas. Quanto aos documentos, utilizaremos material

disponibilizado pelo PNUD e ONU. Para a análise dos dados, faremos uso de análise de conteúdo que posteriormente serão apresentados através de gráficos, quadros e tabelas.

Dessa forma, reuniremos informações para alicerçar a discussão sobre o desenvolvimento sustentável e a agenda internacional com base nos objetivos da Agenda 2030 no contexto da Amazônia brasileira levando-se em consideração a sua importância e especificidades.

Desenvolvimento Sustentável: Origem e Definição

Desde a Pré-História, o ser humano tem uma relação direta com a natureza, devido a sua necessidade de subsistência. Entre os períodos Paleolítico, Neolítico e a Idade dos Metais, o homem foi se adaptando ao meio ambiente, descobrindo novos instrumentos e novas técnicas de manipular a natureza, passando de nômade a sedentário. Somente há poucos séculos com o surgimento da prática de cultivo de grãos, domesticação e criação de animais, permitiu-se a fixação do homem, até então nômade, em um determinado espaço territorial, passando a constituir assentamentos e retirar do ambiente circundante os recursos necessários para sua sobrevivência Duarte (2003, p.21).

Para Proença Rosa (2012), o processo de civilização só foi possível com a invenção da escrita. Desse modo, a história da humanidade tem início com esse marco, nesse período a relação homem-natureza se torna mais intensa com a situação de sedentarismo das civilizações, assim como afirmou Gonçalves (2006), com a agricultura os homens se tornam sedentários e não mais nômades.

No entanto, foi na Idade Contemporânea que a degradação do meio ambiente ganhou intensidade. As Revoluções Industriais são parte desse período, um avanço na tecnologia, um marco para sociedade, porém, segundo os autores Biagio, Almeida e Bonilla (2007, p. 76) “a relação humanidade/ambiente mudou radicalmente com a invenção das máquinas que multiplicaram a capacidade do homem de alterar o ambiente”.

No mundo contemporâneo, a sociedade vive um momento de produção e consumo, onde é necessário explorar os recursos da natureza para satisfazer a demanda, para Márcia Kupstas (1997) a associação entre esse modelo de produção em série, adotada pelas indústrias, e as empresas de prestação de serviços caracterizam uma nova sociedade: a sociedade de consumo. Ademais, com as guerras mundiais, o meio ambiente sentiu o impacto das ações

humanas, ocasionando mudanças climáticas, poluição no ar, áreas desmatadas, degradação do solo, extinção de espécies e muitos outros problemas.

Desse modo, na década de 60, os ideais ambientalistas foram disseminados, devido à preocupação com a atual situação do meio ambiente e seu impacto para as futuras gerações, assim como afirmou Goldemberg e outros autores, a questão ambiental foi finalmente tratada somente no final da década de 60 e início da de 70, alguns episódios demonstravam a influência do crescimento desordenado na vida da população e na saúde do meio ambiente, tidos como mal necessário para o progresso. Mas, foi na década de 70 que o debate ganhou sustentação e escala mundial, a ONU, em 1972, realizou a Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente das Nações Unidas, em Estocolmo, Suécia, foi nesse momento que os termos, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável foram apresentados ao mundo, sendo um norteador das ações futuras.

Dessa maneira, com o passar dos anos, a preocupação com a natureza foi se tornando cada vez mais presente na sociedade, sendo proposto o termo desenvolvimento sustentável. Segundo Barbosa (2008, p. 3) “o desenvolvimento sustentável é um processo de aprendizagem social de longo prazo, que por sua vez, é direcionado por políticas públicas orientadas por um plano de desenvolvimento nacional.” Ainda segundo a autora “assim, a pluralidade de atores sociais e interesses presentes na sociedade colocam-se como um entrave para as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável”.

De acordo com os autores Parente e Dias (1997, p. 179) “O conceito de desenvolvimento sustentável pressupõe um crescimento econômico atento e responsável, de maneira a extrair dos recursos e tecnologias disponíveis benefícios para o presente, sem comprometer as reservas que serão legadas às gerações futuras. O termo desenvolvimento sustentável possui três pilares que são o meio ambiente, economia e sociedade e foi consolidado em 1987.

Histórico das Conferências Mundiais

Após, a industrialização e as Guerras Mundiais que trouxeram grandes impactos ao meio ambiente, a ONU realizou diversos eventos, fóruns, reuniões e conferências mundiais, que reúnem os principais líderes mundiais para debater sobre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Nessas conferências são acordadas metas, estratégias e ações que serão realizadas nos próximos anos.

Estocolmo

A Conferência de Estocolmo, foi a primeira realizada pela ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável e o Meio Ambiente, ocorreu do dia 5 a 16 de junho de 1972, na cidade de Estocolmo, na Suécia, reuniu 113 países e seus principais líderes. Segundo Jones; Lacerda e Silva (2005), a Conferência de Estocolmo teve o grande mérito de haver alertado o mundo para o malefício que a deterioração do ecossistema poderia causar à humanidade como um todo. Nessa conferência, os principais objetivos apresentados foram reduzir a utilização de metais pesados na natureza, diminuir o uso de pesticidas na agricultura, melhorar a qualidade da água, debater sobre as mudanças climáticas e muitas outras metas.

Assim, países desenvolvidos tiveram uma reação mais positiva em relação aos princípios e objetivos da conferência, os Estados Unidos se propuseram a reduzir a poluição com atividades industriais, com o pensamento de “desenvolvimento zero”. Entretanto, países em desenvolvimento, não concordaram em reduzir a poluição com suas atividades industriais, pois, impactaria diretamente na sua economia, com o pensamento “desenvolvimento a qualquer custo”.

Para equilibrar o conflito de ideais dos países desenvolvidos e os em desenvolvimento criou-se o termo ecodesenvolvimento, segundo Carvalho (1987), a abordagem ecodesenvolvimentista entende o problema ambiental como um subproduto de um padrão de desenvolvimento, mas que o processo de desenvolvimento somente se tornará possível pelo equacionamento do trinômio eficiência econômica, equidade social e equilíbrio ecológico. A ideia é de que não tem que haver escolha entre crescimento econômico ou preservação do meio ambiente. Parafraseando Machado (2005), a Conferência de Estocolmo foi um marco para história com uma nova forma de pensamento firmada na preservação ambiental, no desenvolvimento sustentável e econômico.

Eco-92

A Eco-92, também conhecida como Cúpula da Terra, foi uma conferência realizada pela ONU em 1992, no Rio de Janeiro, Brasil, reuniu vários líderes mundiais. Onde foi debatido sobre os problemas ambientais. Contou com a participação de 178 países com o mesmo intuito da conferência anterior, discutir sobre a degradação do meio ambiente e as futuras gerações.

Para Martins (2002), “as Conferências das Nações Unidas e os seus documentos finais respectivos sempre refletem o equilíbrio de forças internacionais quando foram realizadas”. A conferência deixou para países, empresas e pessoas alguns documentos que dão as diretrizes para um mundo sustentável, são eles a Agenda 21, Convenção da Biodiversidade, Convenção da Desertificação, Convenção das Mudanças Climáticas, Declaração de princípios sobre florestas, Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento e Carta da Terra.

Na Eco-92 percebeu-se que deve haver uma união entre meio ambiente, economia e sociedade. Desse modo, na conferência, ficou acordado que os países em desenvolvimento iriam receber apoio financeiro e tecnológico, para crescer economicamente, mas sem degradar o meio ambiente. A Agenda 21 foi resultado da Eco-92. Para Becker (1995, p. 60) “Entendidas como planos de ação, agendas são instrumentos de poder pelo fato de incluírem ou excluírem o que será discutido.” Ou seja, exerce influência na formação da “agenda” que orienta o debate internacional por parte de governos, instituições internacionais, ONGs, movimentos sociais, universidades e partidos políticos.

COP-1, 2 e 3

A Conferência das Partes (COP) é uma convenção sobre a mudança de clima, realizada pela ONU, vem analisando os impactos causados pelas emissões de gases de efeito estufa na atmosfera, causando o aquecimento da superfície e atmosfera da Terra.

De acordo com o Observatório do Clima (2015, p. 3), o objetivo final desta Convenção e de quaisquer instrumentos jurídicos com ela relacionados que adote a Conferência das Partes é o de alcançar, em conformidade com as disposições pertinentes desta Convenção, a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera num nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático.

Segundo a CETESB-SP (2020), foi durante a COP1 em Berlim, contando com representantes de 117 países, que foi estabelecido o Mandato de Berlim, que teve como foco principal o consenso de todos os países em se tomar ações mais enérgicas quanto à mitigação do efeito estufa.

Na COP-2 foi realizada em junho de 1996, em Genebra, na Suíça. Segundo a CETESB-SP (2020), o segundo relatório do Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês), foi um instrumento importante para as negociações. Desse modo, ficou definido

que os países em desenvolvimento poderiam enviar uma comunicação preliminar à Convenção, solicitando um auxílio financeiro e tecnológico que vinham do Fundo Global para o Meio Ambiente – GEF 2. Foi acordado também o estabelecimento de prazos e limites obrigatórios para a redução de gases com efeito estufa.

A COP-3 foi realizada em dezembro de 1997, em Quioto, no Japão, com representantes de 159 países, onde foi criado o Protocolo de Quioto definindo metas de redução de emissões para os países desenvolvidos. O Protocolo só entrou em vigor em 2005, logo após a sua ratificação por 55 países que representam 55% das emissões de gases de efeito estufa, pois, essa era a condição.

RIO+10

Após 30 anos da primeira conferência, a ONU realizou entre os dias 26 de agosto a 4 de setembro de 2002, em Joanesburgo, África do Sul, a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, com a participação de 189 países. Na Declaração de Joanesburgo sobre o Desenvolvimento (2002), afirmam que assumem compromisso de construir uma sociedade global humanitária, equitativa e solidária, ciente da necessidade de dignidade humana para todos. Nessa conferência, a discussão não se limitou ao meio ambiente, mas foi ampliada a causas sociais. Entre as medidas, seria a redução em 50% o número de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza.

Os principais objetivos da conferência foi fortalecer acordos feitos anteriormente, especialmente a Agenda 21 e analisar novos temas que surgiram desde 1992. A Rio+10 produziu dois documentos importantes a Declaração Política e o Plano de Implementação. Há, ainda, o compromisso de alcançar as metas de desenvolvimento internacionalmente acordadas, incluindo as contidas na Declaração do Milênio e as resultantes das grandes conferências das Nações Unidas e dos acordos internacionais firmados desde 1992 (CONSULTORIA LEGISLATIVA, 2002).

RIO+20

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), mais conhecida como RIO+20, aconteceu entre os dias 13 e 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro,

no Brasil, com a participação de 188 países, para discutir sobre a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável.

Na conferência foi adotado um documento chamado "O futuro que queremos", definindo um Grupo de Trabalho Aberto (GTA), com objetivo de desenvolver um conjunto de objetivos para o desenvolvimento sustentável. Além de estabelecer que os ODS deveriam ser coerentes e integrados com a agenda de desenvolvimento das Nações Unidas para além de 2015. A erradicação da pobreza é o maior desafio global que o mundo enfrenta hoje, é um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2012).

Agenda 2030

Entre os dias 25 a 27 de setembro de 2015 foi a data de lançamento da Agenda 2030 em Nova York, com a participação de 193 Estados-membros da ONU. Ela é composta por um conjunto de objetivos e metas universais que deverão ser realizadas até 2030. Entre os principais objetivos estão a erradicação da pobreza, combate a desigualdade e a fome zero.

Reafirma-se que cada Estado tem, e exerce livremente, soberania plena e permanente sobre toda a sua riqueza, seus recursos naturais e sua atividade econômica (ONU, 2015). Assim, a ONU mostra que cada Estado tem sua soberania plena sobre o seu território, mas é da responsabilidade de cada Estado em conformidade com a os princípios, metas e objetivos da Agenda 2030, promover a melhora no desenvolvimento humano.

A Agenda 2030 possui cinco dimensões que são: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria. A preocupação da ONU nesse plano de ação, diferente de algumas conferências anteriores que focavam apenas com questões ambientais, tem como objetivo acabar com a pobreza e a fome, também a dignidade e igualdade para as pessoas, ou seja, uma dimensão social.

O lema da nova agenda é não deixar ninguém para trás, contanto com a colaboração da sociedade. Pois, a dignidade humana é fundamental. Será feito o possível para resgatar aqueles que foram deixados para trás, ou seja, aqueles que estão na extrema pobreza, em vulnerabilidade e sem dignidade.

Todos os países e todos os grupos interessados, atuando em parceria colaborativa, implementarão este plano. Estamos decididos a libertar a raça humana da tirania da pobreza e da privação e a sanar e proteger o nosso planeta. Estamos determinados a tomar medidas ousadas e transformadoras que se necessitam urgentemente para pôr o

mundo em um caminho sustentável e robusto. Ao embarcarmos nessa jornada coletiva, comprometemo-nos a não deixar ninguém para trás. (ONU, 2015, p. 1)

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as 169 metas hoje demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda universal (ONU, 2015). A ONU com sua Força-Tarefa na construção de Desenvolvimento Pós-2015, desenvolveu 16 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) temáticos, no qual foram propostos pelo Grupo de Trabalho Aberto sobre Desenvolvimento Sustentável (GTA-ODS), considerando o ODS 17 de caráter transversal com o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

Além dos 17 objetivos, a Agenda 2030 ainda possui 169 metas associadas de forma indivisível aos 17 objetivos, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável possuem três dimensões que são econômica, social e ambiental, abrangendo temas como igualdade de gênero, saúde, educação, erradicação da pobreza, entre outras temáticas. Os ODS orientarão as políticas de cada país que adotá-la pelos próximos quinze anos, não tendo sanções caso o país não alcance os objetivos.

Figura 1: Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030



Fonte: ONU

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas metas são um desafio para os governos e a sociedade mundial, são metas e objetivos ambiciosos que buscarão solucionar problemas de diversos setores e dimensões.

A Nova Agenda entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2016, respeitando a soberania de cada país, considerando o espaço político para um melhor desenvolvimento sustentável. Além disso, observando a importância das dimensões regionais e sub-regionais, a integração econômica regional e a interconexão no desenvolvimento sustentável. Os Objetivos e metas estimularão a ação em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta nos próximos 15 anos (ONU, 2015).

O Desenvolvimento Sustentável no cenário Amazônico

O conceito de desenvolvimento sustentável tenta estabelecer meio ambiente e desenvolvimento como um binômio indissociável, em que questões sociais, econômicas, políticas, culturais, tecnológicas e ambientais encontram-se sobrepostas. Essa proposta assume um significado político-diplomático na medida em que estabelece os princípios gerais que norteariam um compromisso político em escala mundial com vistas a proporcionar o crescimento econômico sem a destruição dos recursos naturais (MUNIZ; SANT'ANA JÚNIOR, 2009, p. 258). Como já afirmado, o desenvolvimento sustentável possui três pilares e são essas bases e também alguns desafios do desenvolvimento sustentável na Amazônia que serão analisados.

Infraestrutura e Floresta Amazônica

Na região amazônica há um sério problema com a infraestrutura, principalmente ao que se referem às regiões próximas as florestas, enfrentando desafios como a falta de saneamento básico, falta de recursos, o não acesso a energia em algumas regiões e a internet escassa ou qualquer outro tipo de tecnologia.

Devido a região amazônica ter suas características e condições específicas como ser longe dos grandes centros econômicos, uma região de grande dimensão e de pouca densidade demográfica, possui uma infraestrutura limitada, precária e insuficiente. “Os grandes projetos de infraestrutura foram o principal vetor de transformação do espaço e da dinâmica social na Amazônia ao longo das últimas décadas, sem, no entanto, terem sido avaliados adequadamente quanto aos seus custos e benefícios” (Plano Amazônia Sustentável – PAS), geralmente alguns desses planos de infraestrutura não ponderam os impactos que irão gerar na região.

Em relação à Floresta Amazônica, o meio ambiente é uma das maiores preocupações da Agenda 2030, que busca o progresso econômico de forma sustentável. Segundo a BBC (2020), o Brasil, que integra a maior parte da Floresta Amazônica, foi elogiado internacionalmente, pelas quedas drásticas no desmatamento, entre os anos de 2004 e 2012, acumulando uma redução de 80%. No entanto, ainda segundo estudos da BBC, entre os anos de 2014 e 2019, o desmatamento voltou a crescer, segundo especialistas foi devido a mudanças nas políticas de conservação e cortes no orçamento de órgãos ambientais, em 2020 foram emitidos alertas para 796,08 km² da Amazônia.

População da Amazônia

“Entre 1950 e 2007, a população da Amazônia passou de 3,8 milhões para 23,55 milhões de habitantes, crescimento de 516%, muito acima da média nacional, que foi de 254% no mesmo período” (Plano Amazônia Sustentável – PAS, 2008, p.22). Houve um crescimento, porém a distribuição da população tem acontecido de forma desigual, a proporção da população morando em cidades e vilas é de aproximadamente 70%” (Plano Amazônia Sustentável – PAS, 2008), a população rural tem se estagnado.

Em relação ao processo migratório na região, muitas pessoas entre os anos de 1970 e 1980 migraram para região em busca de oportunidades. “O quadro atual é de um excedente populacional que se desloca em busca de inserção econômica e social.” (Plano Amazônia Sustentável – PAS, 2008, p.23). Manaus é o município com maior concentração de migrantes (Plano Amazônia Sustentável – PAS, 2008, p.23)

. Os principais povos que habitam as florestas nessa região são os povos indígenas, as Terras Indígenas possuem um papel fundamental contra o desmatamento, para conservação da biodiversidade e para o cumprimento das metas de redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE), porém os povos indígenas são os mais vulneráveis às mudanças climáticas.

Economia da Região

A região amazônica possui diversos setores com distintos desempenhos. “Enquanto o nível global se caracteriza por escassez de oferta e forte crescimento do consumo, na Amazônia torna-se agudo o paradoxo brasileiro de abundância do recurso natural e de baixo consumo.”

(ARAGÓN, 2003, p. 289). As principais fontes de renda da região é o extrativismo mineral e vegetal, agropecuária, turismo, indústria.

Apesar da região não ter uma forte indústria, ela foi se tornando mais dinâmica e moderna com o surgimento da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). O valor do PIB da indústria de transformação amazônica totalizou 34,26 bilhões de reais em 2004, representando 24,8% do PIB regional e 6,7% do PIB setorial nacional. (Plano Amazônia Sustentável – PAS, 2008, p.49). Em Manaus, se encontra o Polo Industrial de Manaus (PIM) um moderno e amplo centro industrial, com destaque em eletroeletrônico, veículos de duas rodas e equipamentos de informática.

Panorama Amazônico no cenário da Agenda 2030

A Agenda 2030 é fundamental para o progresso da região, pois a Amazônia enfrenta desafios tanto no âmbito social, ambiental e econômico. Em relação à sociedade os indicadores de desenvolvimento humano (IDH) são inferiores as das demais regiões brasileiras. Em relação ao meio ambiente, a nova Agenda tem metas que ajudariam no combate ao desmatamento, perda de biodiversidade biológica e serviços ecossistêmicos. E o crescimento econômico com o respeito aos recursos naturais que são escassos, pensando nas futuras gerações. Os ODS's são essenciais para o progresso da Amazônia, devido às necessidades econômicas, sociais e ambientais que a região tem enfrentado como já afirmado.

Relacionado à economia da região o ODS 9 sendo implementado trará à Amazônia indústrias sustentáveis e inclusivas como afirmou o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS, 2019, p.1), “as empresas estão cada vez mais tratando as questões relacionadas à sustentabilidade como uma parte intrínseca aos seus negócios, vendo a importância das questões ambientais e sociais para o desenvolvimento sustentável.

Para sociedade os ODS's que visam a erradicação da pobreza, redução da fome, saúde e educação de qualidade (ODS's 1, 2, 3 e 4) têm papel fundamental para o bem-estar da população que enfrenta todos os dias problemas como esses, principalmente a população ribeirinha e indígena. Além de outros ODS's que asseguram o bem-estar social, como a igualdade de gênero, redução das desigualdades, paz e justiça (ODS's 5, 10 e 16).

Em relação ao meio ambiente, a Amazônia possui uma biodiversidade impressionante, entretanto, problemas surgem devido à intervenção do homem na natureza, como desmatamentos, queimadas, rios poluídos, fauna e flora sendo comprometidas, entre outros problemas gravíssimos. Os ODS's que buscam água limpa e saneamento, energias renováveis, cidades e comunidades sustentáveis, ação climática e proteção da vida terrestre e marinha (ODS's 6, 7, 11, 13, 14 e 15) sendo implementados poderão contribuir para a proteção ao meio ambiente.

Surgimento da Covid-19 e seu impacto nas ações da Agenda 2030

No dia 1º de dezembro de 2019 em Wuhan, província de Hubei, na China, uma pessoa foi internada com uma pneumonia que ainda era misteriosa. Essa doença foi denominada, coronavírus (nCoV-2019) que é uma família de vírus que causam infecções respiratórias.

A doença é altamente contagiosa, sendo transmitida através de gotículas de saliva. Sendo assim, muitos países tiveram que adotar medidas para conter o avanço da doença como o distanciamento social e até medidas mais rigorosas como o *lockdown*.

Desse modo, empresas de grande, médio e pequeno porte tiveram que mudar seu funcionamento, segundo uma pesquisa do SEBRAE (2020), considerando universo de 17,2 milhões de empresas, tem-se 5,3 milhões de empresas que mudaram seu funcionamento, aderindo principalmente o sistema online ou de entregas. Muitos negócios tiveram que conter suas despesas, tendo que demitir funcionários ou diminuir seus salários, todos esses fatores ocasionaram uma crise sem precedentes.

Na sociedade as pessoas vulneráveis, como moradores de favelas sofrem mais com a pandemia, pois, as medidas de distanciamento social são mais complexas de serem aderidas nesses locais, devido à densidade populacional. Muitos outros impactos sociais a COVID-19 trouxe para o Brasil e o mundo, como o fechamento das escolas, a superlotação dos hospitais e outros grandes problemas. A COVID-19 impactou o mundo e as ações da Agenda 2030 devem ser ainda mais reforçadas.

Metodologia

No que diz respeito ao percurso metodológico utilizado para atingir o objetivo proposto de analisar a implementação das ações da Agenda 2030 no contexto amazônico, fez-se uso da

pesquisa de base qualitativa do tipo descritiva. Em relação aos fins desta pesquisa foi exploratória.

Quanto aos meios esta pesquisa foi de caráter bibliográfico e documental, que como principais fontes foram utilizados dados disponibilizados pela ONU e pelo PNUD, documentos como da Agenda 21, RIO+20, Agenda 2030 e outros documentos que foram fundamentais para fundamentação teórica da pesquisa, além de outras fontes confiáveis, com o intuito de fortalecer a discussão acerca da Agenda 2030 no contexto amazônico.

Dessa forma, buscamos descrever e analisar os principais pontos da pesquisa: A implementação das ações da Agenda 2030 no contexto amazônico, as ações no contexto do desenvolvimento sustentável que culminaram para a construção da agenda 2030, a Agenda 2030 no contexto das ações do governo brasileiro, o desenvolvimento sustentável no contexto amazônico, o panorama amazônico no contexto da Agenda 2030 e o panorama amazônico no contexto da Agenda 2030.

Resultados

Nesta pesquisa, a delimitação do estudo foi na Amazônia brasileira, mais conhecida como Amazônia Legal, que integra os estados do Amazonas, Acre, Pará, Amapá, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Maranhão, Goiás e Tocantins. A Amazônia possui muitos desafios, seja no âmbito econômico, social e principalmente relacionado ao meio ambiente. Desse modo, foi analisado como ocorre a implementação da Agenda 2030 nesse cenário. Uma vez que, a nova Agenda vem para contribuir com as políticas públicas dos estados brasileiros, principalmente os que integram a Amazônia, e que possuem um ecossistema diverso e de elevada importância para o mundo.

A implementação da Agenda 2030 requer um esforço dos governos locais e de sua população, mudar costumes já estabelecidos, considera-se uma tarefa difícil, mas também possível. Cada estado da Amazônia brasileira tem se empenhado para essa missão de incorporar as suas políticas públicas os objetivos e metas da nova agenda.

Como vimos, os desafios da Amazônia são inúmeros e por vezes singulares, mas com planejamento e a correta implementação dos ODS's os problemas podem ser sanados até 2030, com a população da Amazônia podendo usufruir do bem-estar, da economia em crescimento e do meio ambiente em segurança e vendo o crescimento sustentável.

Considerações Finais

Durante décadas o mundo enfrentou e ainda enfrenta muitas adversidades no âmbito econômico, ambiental e social. A partir da década de 70, muitas conferências foram realizadas, além de diversos documentos elaborados com foco em sanar esses problemas e buscar tornar o mundo mais sustentável e melhor para todos, com o apoio dos governantes e da sociedade. Desse modo, a Agenda 2030 com o título: “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” e tem como lema não deixar ninguém para trás, vem com intuito de países-membros da ONU contribuírem para o progresso econômico, social e ambiental.

Dessa forma, foi levantada a necessidade de se discutir sobre esse tema relevante para sociedade como um todo, de modo a analisar os problemas enfrentados no mundo, no Brasil e na Amazônia e se atentar aos desafios, indicadores e ao comprometimento dos governantes, pois, são 15 anos de vigência da Agenda, onde já se está no sexto ano de duração, mas ainda se tem muitos desafios pela frente até o ano de 2030 e principalmente com a chegada da Covid - 19 no ano de 2019, onde muitos planos tiveram que ser alterados por conta da crise no mundo atual.

Desse modo, mostra-se necessário a ação de cada país de introduzir em suas políticas públicas os 17 objetivos e as 169 metas, pois cada nação detém todo conhecimento das particularidades de sua região, das dificuldades e seus indicadores. Assim, todos, sociedade civil, governos e entidades públicas e privadas devem com entusiasmo acompanhar as discussões e torcer para que o meio ambiente, a economia e toda sociedade possam viver e usufruir de um mundo sem pobreza, sem fome, com paz, igualdade, educação de qualidade, com direito a saúde e cidades sustentáveis, além de proporcionar as futuras gerações um mundo justo e sustentável.

Acerca da implementação dos ODS's no contexto amazônico, observamos que apesar dos avanços, os indicadores de desenvolvimento humano na Amazônia seguem sendo inferiores às médias nacionais, precisamos diversificar as fontes de financiamento nacionais e internacionais para a promoção do desenvolvimento humano sustentável.

Ademais, faz-se imprescindível buscar políticas de combate ao desmatamento e perda de biodiversidade biológica e serviços ecossistêmicos ligados ao padrão de crescimento econômico.

Por fim, observar os projetos e propostas de abertura econômica e social da Amazônia: incorporação nos sistemas nacionais de planejamento por meio da descentralização uma vez que precisamos conciliar o progresso econômico com a preservação cultural sem ameaça à coesão social.

Referências

ARAGÓN, L. Inserção da Amazônia na geopolítica da água. In ARAGÓN, Luis E; CLÜSENER-GODT, Miguel (Org.) Problemática do uso local e global da água da Amazônia. Belém: NAEA/UNESCO, 2003.

BARBOSA, G. O desafio do desenvolvimento sustentável. Revista Visões, n.4, v.1, jan/jun, 2008.

BECKER, B. K. A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: BECKER, Berta K. et al. (Orgs.). Geografia e meio ambiente no Brasil. São Paulo - Rio de Janeiro: Editora HUCITEC; Comissão Nacional do Brasil da UGI, 1995.

CARVALHO, P. G. “Meio Ambiente e Políticas Públicas: A FEEMA diante da Poluição Industrial”. In: Pádua, J. et al. (org.) Ecologia e Política no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

CEBDS. Empresas e o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Sustentável Blog, 2019. Disponível em: <https://www.cebds.org>. Acesso em: 15 dez 2020. CETESB. COP1.2020. Disponível em: Acesso em: 19 set 2020.

CETESB. COP2. 2020. Disponível em: <https://www.cetesb.sp.gov.br>. Acesso em: 19 set 2020.

DUARTE, M. Meio ambiente sadio: direito fundamental em crise. Curitiba: Juruá, 2003.

GIANNETTI, B.F.; ALMEIDA, C.M.V.B.; BONILLA, S.H. A ecologia industrial dentro do contexto empresarial. 2007. Disponível em: < <https://www.banasqualidade.com.br>> Acesso em: 10 out 2020.

GOLDEMBERG, J.; BARBOSA, L. M. A legislação ambiental no Brasil e em São Paulo. Revista Eco 21, Rio de Janeiro, n.96, nov. 2004. Disponível em: < <https://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=954>>. Acesso em: 12 out 2020.

GONÇALVES, C. Os (des)caminhos do meio ambiente. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

GOVERNO FEDERAL. Rio + 10 – O Plano de Ação de Joanesburgo. Consultoria Legislativa, 2002. Disponível em: https://www.cqgp.sp.gov.br/gt_licitacoes/publicacoes/joanesburgo.pdf. Acesso em: 15 out. 2020.

GOVERNO FEDERAL. Ministério do Meio Ambiente (MMA), 2008. Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira. Bibliotecada residência da República. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/PAS%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/PAS%20(2).pdf). Acesso em: 15 out. 2021.

JONES JR, J.; LACERDA, P.S.B.; SILVA, F.M. Desenvolvimento sustentável e química verde. Quím Nova, v.28, n°1, 103.110, 2005. KUPSTAS, Marcia (org). Ecologia em debate. São Paulo: Moderna, 1997

KUPSTAS, M. (org). Ecologia em debate. São Paulo: Moderna, 1997.

MACHADO, V. de F. A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo a Rio 92. Brasília, 2005. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

MARTINS, J. A Década Desperdiçada: O Brasil, a Agenda 21 e a Rio + 10. Campinas, SP: Editora Komedi, 2002.

MUNIZ, L; SANT'ANA JÚNIOR, H. Desenvolvimento sustentável: uma discussão crítica sobre a proposta de busca da sustentabilidade global. In: SANT'ANA JÚNIOR, H; PEREIRA, C. Ecos dos conflitos ambientais: a resex de tauá. São luis; Edufma, 2009.

ONU. COP-21 – Modo de Usar: Um guia para a cobertura jornalística da conferência do Clima. Observatório Do Clima, 2015. Disponível em: <http://www.observatoriodoclima.eco>. Acesso em: 19 set. 2021.

ONU. Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável. ONU, 2002. Disponível em: Acesso em: 2 out. 2021.

ONU. Declaração Final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO + 20): O Futuro que queremos. ONU, 2012. Disponível em: <https://www.unric.org/pt/o-futuro-que-queremos-as-nacoes-unidas>. Acesso em: 15 out 2021.

ONU. Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. ONU, 2015. Disponível em: <https://www.unric.org/pt/o.p.1-41>. Acesso em: 15 out 2021.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DAS ORGANIZAÇÕES AMAZÔNICAS NO PÓS PANDEMIA

ARTIGO CIENTÍFICO

TEMA 5: ECONOMIA

PARENTE, K. M. R.; DIAS, S. N. (coords.). Revista dos mestrados em direito econômico da UFBA, nº 5 (jan. 1996/dez. 1997). Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1997.

ROSA, Carlos Augusto Proença. História da Ciência: Da Antiguidade ao Renascimento Científico. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2012.

SEBRAE. O Impacto da pandemia de corona vírus nos Pequenos Negócios – 2ª edição. 2020. Disponível em: <https://www.datasebrae.com>. Acesso em: 9 dez. 2021.

SOUSA, R. "Conferências ambientais"; Brasil Escola. 2014. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/conferencias-ambientais.htm>. Acesso em: 16 jul. 2020.

VASCONCELOS, M. R\$ 7 trilhões por ano: os estudos que tentam calcular quanto a Amazônia, em pé, rende ao Brasil. BBC News, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50497413>. Acesso em: 10 jan. 2021